

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE
TAPIRATIBA/SP

CONCURSO PÚBLICO
01/2023

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;

d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Sumiço de ossos em tumba de 5,5 mil anos na Suécia intriga arqueólogos

Uma das câmaras mortuárias de pedra mais antigas da Suécia foi escavada por arqueólogos em Tiarp, perto da cidade de Falköping. Mas os pesquisadores notaram que algumas partes das pessoas enterradas no túmulo estão ausentes, como crânios e ossos da coxa. Os arqueólogos ficaram intrigados com esse sumiço – ainda mais porque estimam que a tumba de 5,5 mil anos permaneceu intocada desde a Idade da Pedra. Eles registraram os achados em 22 de dezembro de 2023 no periódico *Journal of Neolithic Archaeology*.

As escavações ocorreram no ano passado e foram conduzidas por especialistas da Universidade de Gotemburgo, na Suécia, e da Universidade de Kiel, na Alemanha. “É um túmulo antigo que remonta ao período Neolítico Inicial, por volta de 3500 a.C.”, diz o arqueólogo Karl-Göran Sjögren, em comunicado. Os especialistas acreditam que os crânios e ossos desaparecidos podem ter sido removidos do túmulo em rituais funerários. Mas, segundo Sjögren, essa hipótese ainda não foi estudada.

Tumba diferenciada

Uma análise do material da tumba revelou que o local contém ossos das mãos e dos pés, além de fragmentos de ossadas das costelas e dentes. Mas há pouquíssimos crânios e ossos maiores, como os da coxa e do braço. “Isso difere do que geralmente vemos em túmulos megalíticos, ou seja, câmaras mortuárias de pedra do período Neolítico”, avalia Sjögren. “Normalmente, os ossos ausentes são os menores das mãos e dos pés”.

Outro diferencial do túmulo é a forma com que foi construído, segundo o arqueólogo. “Há uma pequena saliência em cada extremidade. Isso é algo único entre túmulos em Falbygden”, ele diz.

Em Falbygden, uma área geográfica de Falköping, há mais de 250 túmulos de passagem que são construídos com blocos de pedra e datam de cerca de 3,3 mil a.C. “Mas este dólmen é mais antigo”, observa o especialista. “É cerca de 200 a 150 anos mais velho do que os túmulos de passagem, tornando-o uma das câmaras mortuárias de pedra mais antigas da Suécia e de toda a Escandinávia”.

Quem eram os mortos?

Torbjörn Ahlström, professor de Osteologia na Universidade de Lund, na Suécia, avaliou as descobertas e concluiu que os ossos são de pelo menos doze pessoas, incluindo crianças e idosos. Mas os arqueólogos ainda não sabem por que esses indivíduos morreram. “Não encontramos lesões nas pessoas enterradas, então não acreditamos que haja violência envolvida”, diz Sjögren. “Mas continuamos a estudar o DNA deles, o que mostrará se tinham alguma doença.” Apesar de não saberem ainda como a vida dessas pessoas acabou, os arqueólogos supõem que elas viveram da agricultura. A prática agrícola chegou a Falbygden por volta de 4 mil a.C., ou seja, cerca de 500 anos antes de o túmulo em Tiarp ser construído. “Eles viviam cultivando grãos e criando animais, consumindo produtos lácteos”, diz o arqueólogo.

Revista Galileu. (Adaptado). Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/ciencia/arqueologia/noticia/2024/01/sumico-de-ossos-em-tumba-de-55-mil-anos-na-suecia-intriga-arqueologos.ghtml>>

QUESTÃO 01

De acordo com o texto, sobre os túmulos megalíticos é correto afirmar que:

- (A) são naturalmente moldados com saliências em cada uma de suas extremidades.
- (B) podem apresentar tanto ossos grandes quanto ossos pequenos, embora estes possam ser também ausentes.
- (C) todos os túmulos conhecidos datam do mesmo período, de 3,3 mil a.C.
- (D) raramente apresentam ossos grandes, como crânios e ossos dos braços.
- (E) são comumente esvaziados para rituais funerários na Suécia.

QUESTÃO 02

Analise os conjuntos de palavras a seguir, separados por ponto e vírgula, e assinale a alternativa em que todas as palavras de cada conjunto remetem a um mesmo referente sempre que aparecem no texto.

- (A) pessoas - especialistas - elas; tumba - túmulo - local.
- (B) especialistas - arqueólogos - eles; tumba - local - dólmen.
- (C) pesquisadores - arqueólogos - especialistas; tumba - câmara mortuária - dólmen.
- (D) pessoas - indivíduos; pesquisadores - arqueólogos; Falbygden - Falköping.
- (E) pesquisadores - indivíduos - arqueólogos; tumba - túmulo - dólmen.

QUESTÃO 03

Considere o excerto: “Apesar de não saberem ainda como a vida dessas pessoas acabou, os arqueólogos supõem que elas viveram da agricultura.” A locução “apesar de” imprime ao contexto em que ocorre um sentido concessivo. A substituição de tal locução pela conjunção “embora”, de mesmo valor, implicaria a modificação:

- (A) da conjugação do verbo ‘saber’, de infinitivo flexionado para presente do indicativo.
- (B) da conjugação do verbo ‘saber’, de infinitivo flexionado para futuro do subjuntivo.
- (C) da conjugação do verbo ‘saber’, de infinitivo flexionado para presente do subjuntivo.
- (D) da conjugação do verbo ‘supor’, de presente do indicativo para futuro do presente do indicativo.
- (E) da conjugação do verbo ‘supor’, de presente do indicativo para futuro do presente do indicativo.

Considere o excerto a seguir para responder às questões 4 e 5:

Outro diferencial do túmulo é a forma com que foi construído, segundo o arqueólogo. “Há uma pequena saliência em cada extremidade. Isso é algo único entre túmulos em Falbygden”, ele diz. Em Falbygden, uma área geográfica de Falköping, há mais de 250 túmulos de passagem que são construídos com blocos de pedra e datam de cerca de 3,3 mil a.C.

QUESTÃO 04

As palavras “outro”, “cada” e “algo”, que ocorrem no contexto apresentado, são classificadas gramaticalmente e respectivamente como:

- (A) pronome indefinido, pronome indefinido, pronome indefinido.
- (B) pronome indefinido, adjetivo, pronome indefinido.
- (C) pronome indefinido, pronome indefinido, advérbio.
- (D) advérbio, advérbio, advérbio.
- (E) advérbio, adjetivo, advérbio.

QUESTÃO 05

Em “há mais de 250 túmulos de passagem que são construídos com blocos de pedra”, o termo regido de “construídos” é:

- (A) túmulos de passagem.
- (B) com.
- (C) blocos.
- (D) com blocos de pedra.
- (E) blocos de pedra.

QUESTÃO 06

Considere as sentenças a seguir:

- I. A vida escorre pelas mãos.
- II. Tens um coração de pedra, Mariana.
- III. Para economizar água, precisamos consertar a torneira, que não para de pingar.
- Verifica-se o emprego de palavras com sentido figurado apenas em:
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

QUESTÃO 07

Analise as sentenças a seguir e assinale aquela em que o emprego do acento indicativo de crase é facultativo.

- (A) Às vezes, Maria fala sobre sua vida com muito pesar.
- (B) Assisti à novela ontem e me emocionei com o final daquela personagem.
- (C) Não se lembra que temos que ir à faculdade hoje?
- (D) Disse à minha aluna que sua escrita melhorou muito nos últimos meses.
- (E) Estou bastante à vontade neste lugar.

QUESTÃO 08

Considere o excerto a seguir, retirado de *Uma tarde plena*, de Clarice Lispector:

“Quando o saguim deu um pulo no colo da senhora, esta conteve um frisson, e o prazer encabulado de quem foi eleita. Mas os passageiros olharam-na com simpatia, aprovando o acontecimento, e, um pouco ruborizada, ela aceitou ser a tímida favorita. Não o acariciou porque não sabia se esse era o gesto a ser feito.” No excerto apresentado, a palavra “ruborizada” exprime o mesmo sentido que:

- (A) mecanizada.
- (B) assustada.
- (C) amedrontada.
- (D) descontraída.
- (E) corada.

QUESTÃO 09

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa em que ocorre desvio ortográfico.

- (A) Os pais dessa criança não têm responsabilidade.
- (B) Em um ato heroico, o bombeiro resgatou todas as pessoas do incêndio.
- (C) Comprei pés-de-moleque e paçoquinhas para a festa junina.
- (D) Este bairro reúne uma comunidade afro-brasileira.
- (E) Os empréstimos de livros estão suspensos até a próxima segunda-feira.

QUESTÃO 10

Analise as sentenças a seguir em relação à regência verbal ou nominal. Assinale a alternativa em que ocorre desvio, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Duas crianças foram avistadas arrasadas em lágrimas enquanto brincavam no parque.
- (B) Soube que fizeram apreciações sobre a minha fala no simpósio.
- (C) Durante as aulas, a professora incentiva os alunos em fazer faculdade.
- (D) Os livros de Machado de Assis e de Clarice Lispector compõem o acervo da biblioteca.
- (E) Este grupo é responsável por dar assistência às cerimônias formais da universidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

Considerando o poder constituinte originário, assinale a alternativa que apresenta características corretas, ainda que não exaustivas:

- (A) O poder constituinte é inicial por inaugurar nova ordem jurídica; é limitado juridicamente devendo observar regramento anterior e condicionado a procedimentos anteriores.
- (B) O poder constituinte é limitado juridicamente devendo observar regramento anterior; é incondicionado às regras anteriores e inicial por inaugurar nova ordem jurídica.
- (C) O poder constituinte é secundário por dar continuidade à ordem jurídica; é ilimitado juridicamente e incondicionado às regras anteriores.
- (D) O poder constituinte é inicial por inaugurar nova ordem jurídica; é ilimitado juridicamente e incondicionado às regras anteriores.
- (E) O poder constituinte é secundário por dar continuidade a ordem jurídica; é limitado juridicamente devendo observar regramento anterior e é incondicionado às regras anteriores.

QUESTÃO 12

O Município Delta pretende promover programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a pretensão do Município se refere à:

- (A) Competência exclusiva da União.
- (B) Competência concorrente conferida à União, aos Estados e ao Distrito Federal, apenas.
- (C) Competência comum a todos os entes federados.
- (D) Competência exclusiva dos Municípios.
- (E) Competência privativa dos Estados.

QUESTÃO 13

A Constituição Federal, de acordo com os seus termos expressos, poderá ser emendada mediante:

- (A) Proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional.
- (B) Proposta do Vice-Presidente da República.
- (C) Proposta de um terço, no mínimo, das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (D) Proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (E) Proposta individual do Presidente do Senado Federal.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa correta de acordo com os termos expressos da Constituição Federal:

- (A) O Presidente da República pode propor ação direta de inconstitucionalidade, mas não pode propor ação declaratória de constitucionalidade.
- (B) Tanto a Mesa do Senado Federal, quanto a Mesa da Câmara dos Deputados, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é ilegítimo para propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) A confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional é legítima apenas para propor ação declaratória de constitucionalidade.
- (E) O partido político sem representação no Congresso Nacional apenas pode propor a ação direta de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 15

“O Município reger-se-á _____, votada em _____, com o interstício mínimo de _____, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição (...)”.

Considerando o quanto previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa que preenche corretamente as três lacunas do trecho citado.

- (A) por lei orgânica / dois turnos / dez dias.
- (B) pela constituição do Estado / dois turnos / dez dias.
- (C) por lei orgânica / três turnos / dez dias.
- (D) por lei orgânica / dois turnos / trinta dias.
- (E) pela constituição do Estado / dois turnos / trinta dias.

QUESTÃO 16

Determinado órgão público praticou ato administrativo unilateral de ofício impondo ao servidor X o desempenho de suas atribuições em local geográfico distinto daquele em que se encontrava até então sediado.

É correto afirmar que o ato administrativo se refere:

- (A) À fixação.
- (B) Ao provimento.
- (C) À estabilidade.
- (D) À redistribuição.
- (E) À remoção.

QUESTÃO 17

A forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, refere-se ao conceito específico de:

- (A) Contrato de desempenho.
- (B) Terceirização.
- (C) Consórcio administrativo.
- (D) Contrato de gestão
- (E) Convênio.

QUESTÃO 18

O princípio que assegura a possibilidade de instauração do processo administrativo por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do administrado, e a possibilidade de impulsionar o processo, adotando todas as medidas necessárias à sua adequada instrução é o:

- (A) Princípio da participação popular.
- (B) Princípio da ampla defesa e do contraditório.
- (C) Princípio da gratuidade.
- (D) Princípio da oficialidade.
- (E) Princípio da publicidade.

QUESTÃO 19

Nos termos da lei de licitações e contratos administrativos (Lei n.º 14.133 de 2021), a contratação em que a Administração vise a contratar objeto que envolva inovação tecnológica, deparando-se com a impossibilidade de o órgão ou entidade ter a sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado e estando diante de impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração tem que se dar pela modalidade licitatória:

- (A) Pregão.
- (B) Diálogo competitivo.
- (C) Concurso.
- (D) Concorrência.
- (E) Leilão.

QUESTÃO 20

O Prefeito do Município Y inverteu a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.

Considerando os termos do Decreto-Lei n.º 201 de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, assinale a alternativa correta com base no que narrado.

- (A) Foi cometido crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
- (B) Foi cometida infração administrativa pelo Prefeito Municipal, apenas, sujeita à apuração disciplinar.
- (C) Não foi cometida nenhuma infração, bem menos crime de responsabilidade pelo Prefeito Municipal, que apenas exerceu a supremacia do interesse público e sua competência discricionária.
- (D) Foi cometido um ilícito civil de responsabilidade do Prefeito Municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 201 de 1967.
- (E) Foi cometida uma infração tributária de responsabilidade do Prefeito Municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 201 de 1967.

QUESTÃO 21

De acordo com os termos expressos no Código Tributário Nacional, quanto à contribuição de melhoria, é correto afirmar que:

- (A) É instituída para satisfazer o custo de obras públicas das quais decorra valorização imobiliária, tendo como limite total o acréscimo de valor que da obra resultar para os imóveis beneficiados e como limite individual a despesa realizada.
- (B) A contribuição de melhoria pode ser cobrada somente pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- (C) É dispensável a publicação prévia da delimitação da zona beneficiada pela lei relativa à contribuição de melhoria.
- (D) A contribuição de melhoria tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (E) A lei relativa à contribuição de melhoria observará a publicação prévia da determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.

QUESTÃO 22

Acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), nos termos das legislações e entendimentos vigentes, é correto afirmar que:

- (A) O lançamento do IPTU se dá através da modalidade declaração.
- (B) O lançamento do IPTU, enquanto ato administrativo, é dispensável, devendo o imposto ser pago independentemente de ter sido lançado.
- (C) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
- (D) A notificação do lançamento do IPTU não é suprida pelo envio do carnê ao endereço do contribuinte, devendo haver notificação mesmo após o envio do carnê, sob pena de responsabilidade funcional da autoridade administrativa.
- (E) A autoridade administrativa deve rever o lançamento do IPTU após o carnê ser enviado ao endereço do contribuinte.

QUESTÃO 23

O Município Y instituiu imposto que seria cobrado sobre determinado serviço prestado pela Igreja X, que tem sede no Município Y. O serviço em questão é relacionado com as finalidades essenciais da Igreja Y.

Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) Em razão da imunidade da Igreja X, o Município Y não poderia instituir o imposto sobre o serviço elencado, bem menos cobrá-lo.
- (B) A Igreja X não é imune, podendo o Município Y instituir e cobrar o imposto sobre o serviço elencado.
- (C) A Igreja X, sediada no Município Y, apenas detém imunidade às taxas instituídas pelo ente público, podendo ser cobrada pela prestação do serviço elencado.
- (D) O imposto é inconstitucional, pois os Municípios apenas têm competência para instituir taxas sobre serviços prestados.
- (E) A Igreja X apenas detém imunidade se o imposto fosse instituído sobre o seu patrimônio e se este patrimônio fosse relacionado com as finalidades essenciais da Igreja.

QUESTÃO 24

Considerando os termos expressos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- (A) A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- (B) A remissão é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- (C) O parcelamento é modalidade de extinção do crédito tributário.
- (D) O pagamento de um crédito, quando total, importa em presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.
- (E) O crédito não integralmente pago no vencimento, a depender do motivo determinante da falta, é acrescido de juros de mora, estes excepcionais, portanto.

QUESTÃO 25

“Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - _____ informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - _____ a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III - _____ ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV - _____, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V - _____ ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Considerando os trechos citados, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- (A) destruir, induzir, falsificar, elaborar, negar.
- (B) omitir, fraudar, falsificar, elaborar, negar.
- (C) expor, fraudar, extraviar, elevar, negar.
- (D) inutilizar, fraudar, extraviar, elaborar, negar.
- (E) expor, induzir, falsificar, elaborar, rasurar.

QUESTÃO 26

Quanto à Interpretação e Integração da Legislação Tributária, o Código Tributário Nacional prevê expressamente que:

- (A) Não é possível a interpretação literal da legislação tributária, pois apenas se parte da literalidade, mas aplicando uma significação.
- (B) O Código Tributário Nacional não possui capítulo próprio para o tema Interpretação e Integração da Legislação Tributária.
- (C) Qualquer legislação tributária que disponha acerca da dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias não poderá ser interpretada literalmente.
- (D) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (E) Qualquer legislação tributária que disponha acerca da suspensão do crédito tributário não poderá ser interpretada literalmente.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, considerando a Lei Federal n.º 12.153 de 2009:

- (A) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- (B) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- (C) Apenas nas hipóteses de julgamento de procedência da ação é que haverá o reexame necessário pela Turma Recursal.
- (D) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive de interposição de recursos.
- (E) As pessoas jurídicas de direito público podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, tanto como autores, quanto como réus.

QUESTÃO 28

Das alternativas abaixo assinale aquela que não abarca os princípios gerais da ordem econômica:

- (A) soberania nacional e propriedade privada.
- (B) busca pelo pleno emprego e defesa do consumidor.
- (C) cooperativismo e associativismo.
- (D) defesa do consumidor e livre concorrência
- (E) redução das desigualdades regionais e sociais e defesa do meio ambiente.

QUESTÃO 29

Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre, nos termos do Código Civil:

- (A) O estado de perigo.
- (B) O dolo.
- (C) A lesão.
- (D) A fraude a credores.
- (E) O erro ou ignorância.

QUESTÃO 30

Acerca do contrato de empreitada, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) Em hipótese alguma o empreiteiro poderá suspender a obra.
- (B) Não responde por perdas e danos o empreiteiro que suspende a execução da empreitada sem justa causa.
- (C) O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais.
- (D) Presume-se a obrigação do empreiteiro em fornecer os materiais.
- (E) O empreiteiro não é obrigado a pagar os materiais que recebeu, se por imperícia ou negligência os inutilizar.

QUESTÃO 31

Considerando o quanto disposto na Lei Federal n.º 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), não se sujeita a ela:

- (A) o registro civil de pessoas naturais.
- (B) o registro civil de pessoas jurídicas
- (C) o registro de imóveis.
- (D) o registro de protesto.
- (E) o registro de títulos e documentos.

QUESTÃO 32

De acordo com a as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (A) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (B) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.
- (C) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que o defunto ou o desaparecido tenha falecido ou desaparecido, independentemente do país de nascimento, do domicílio, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- (D) Em razão da necessidade de se assegurar a previsibilidade e a segurança jurídica, não são admitidas, em hipótese alguma, leis com vigência temporária.
- (E) Não se consideram novas leis as meras correções ao seu texto, ainda que já em vigor.

QUESTÃO 33

Sobre a prova no Direito Civil, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
- (B) Os documentos redigidos em língua estrangeira serão traduzidos para o português para terem efeitos legais no País.
- (C) Não dependem de prova os fatos notórios, incontroversos e aqueles em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- (D) Nos termos da atual jurisprudência do STJ, em ação de investigação de paternidade, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA constitui presunção absoluta da sua paternidade.
- (E) O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor.

QUESTÃO 34

A presunção *juris et de jure*:

- (A) Não admite prova em contrário.
- (B) Admite como prova contrária apenas a prova testemunhal.
- (C) Admite como prova contrária apenas a prova documental.
- (D) Não admite como prova contrária apenas a prova testemunhal.
- (E) Admite qualquer prova contrária.

QUESTÃO 35

Sobre a extinção do contrato, nos termos do Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) O distrato é uma das espécies de resolução contratual.
- (B) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato e os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.
- (C) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, sendo incabível, em ambas as hipóteses, eventuais indenizações por perdas e danos
- (D) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente a permita, opera independentemente de denúncia notificada à outra parte.
- (E) Nos contratos por adesão, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

QUESTÃO 36

De acordo com o que está disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- (B) O réu pode propor reconvenção apenas se oferecer contestação.
- (C) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- (D) Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo permitido o oferecimento de reconvenção à reconvenção.
- (E) O autor, brasileiro ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou deixar de residir no país ao longo da tramitação de processo prestará caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária nas ações que propuser, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhes assegurem o pagamento, inclusive na reconvenção.

QUESTÃO 37

Após um ano da ocorrência do trânsito em julgado de sentença condenatória, a intimação do executado com advogado constituído nos autos acerca da instauração do cumprimento de sentença deverá se dar, nos termos do Código de Processo Civil:

- (A) Pelo diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos.
- (B) Por oficial de justiça.
- (C) Por edital.
- (D) Por carta com aviso de recebimento.
- (E) Não é exigida a intimação do executado que foi intimado da sentença.

QUESTÃO 38

Salvo disposição em sentido diverso, considera-se o dia do começo do prazo, de acordo com o Código de Processo Civil:

- (A) A data de ocorrência da citação ou da intimação, quando a citação ou a intimação for pelo correio.
- (B) A data de juntada aos autos da certidão, quando a citação ou a intimação se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria.
- (C) O dia da consulta ao teor da citação ou intimação, ou, o dia do término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou intimação for eletrônica.
- (D) O dia útil seguinte à data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico.
- (E) O dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital.

QUESTÃO 39

Nos termos dispostos no Código de Processo Civil, há suspeição do juiz:

- (A) Que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- (B) Que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.
- (C) Que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.
- (D) Que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.
- (E) Que for sócio ou membro de corpo de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei Federal n.º 6.766 de 1979, que dispõe sobre o parcelamento de solo urbano, não será permitido o parcelamento do solo por proibição absoluta:

- (A) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações.
- (B) em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento).
- (C) em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.
- (D) ao longo das faixas de domínio público das rodovias.
- (E) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública.

QUESTÃO 41

Sobre a ação popular, a Lei Federal n.º 4.717/1965 estabelece que:

(A) A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em dolo.

(B) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.

(C) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação popular e suscetíveis de recurso, poderá recorrer apenas o Autor ou o Ministério Público.

(D) A sentença incluirá sempre, na condenação do Autor e dos réus, o pagamento à parte contrária, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como dos honorários de advogado.

(E) Ainda que o valor da lesão fique provado no curso da causa, será indicado na sentença por estimativa.

QUESTÃO 42

Nos termos da Lei Federal n.º 10.741/03 (Estatuto do Idoso), quanto aos direitos fundamentais, é correto afirmar que:

(A) O direito à liberdade se compreende exclusivamente na faculdade de ir, vir e estar em locais públicos e espaços comunitários, bem como na de opinião e expressão.

(B) O direito ao respeito se compreende na inviolabilidade da integridade física e moral do idoso.

(C) É dever da família zelar pela dignidade da pessoa idosa colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

(D) Para ter acesso à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, basta que a pessoa idosa, maior de 65 anos, ou seu representante local realize seu cadastro no órgão competente.

(E) Além de outros, a faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação está dentre o rol de aspectos compreendidos no direito à liberdade.

QUESTÃO 43

Para aquele que pratica o crime de corrupção passiva, disposto no *caput* do artigo 317, o Código Penal comina a pena de:

(A) Reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

(B) Detenção, de três meses a um ano, e multa.

(C) Reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa

(D) Reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa.

(E) Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

QUESTÃO 44

Nos termos da redação do Decreto-Lei n.º 201/1967, são crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário:

- (A) Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.
- (B) Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
- (C) Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.
- (D) Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara de Vereadores ou auditoria, regularmente instituída.
- (E) Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.

QUESTÃO 45

Nos termos do Código Penal e acerca dos crimes contra a Administração Pública é correto afirmar que:

- (A) Aplica-se a mesma pena do crime de peculato ao de o funcionário público que, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- (B) O emprego irregular de verbas ou rendas públicas não constitui crime.
- (C) Não comete crime o funcionário público que se apropria de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por mero erro de outrem.
- (D) Não se equipara a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- (E) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, de maneira definitiva e com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

QUESTÃO 46

Considerando as disposições expressas no Código Penal quanto à extinção da punibilidade, é correto afirmar que:

- (A) A sentença que conceder perdão judicial deverá ser considerada para efeitos de reincidência.
- (B) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá conjuntamente sobre o total das penas dos crimes praticados.
- (C) As penas mais leves prescrevem com as mais graves.
- (D) A pena de multa é imprescritível, em qualquer caso.
- (E) O curso da prescrição não se interrompe pela reincidência, pois a reincidência é causa impeditiva da prescrição.

QUESTÃO 47

Quatro pessoas se associaram para o fim específico de cometerem crimes.

Considerando a exata conduta narrada, nos termos do Código Penal, restou configurada(o):

- (A) Uma conduta atípica.
- (B) O crime de incitação ao crime.
- (C) O crime de associação criminosa.
- (D) O crime de constituição de milícia privada.
- (E) O crime de apologia de crime ou criminoso.

QUESTÃO 48

Tício alterou documento público verdadeiro.

Considerando a exata conduta narrada, nos termos expressos do Código Penal, restou configurada(o):

- (A) Uma conduta atípica.
- (B) O crime de falsificação de documento público.
- (C) O crime de reprodução ou adulteração de selo.
- (D) O crime de petrechos de falsificação.
- (E) O crime de falsidade ideológica.

QUESTÃO 49

Mévio deu às verbas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

Considerando a exata conduta narrada, nos termos do Código Penal, restou configurado:

- (A) O crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (B) O crime de concussão.
- (C) O crime de prevaricação.
- (D) O crime de condescendência criminosa.
- (E) O crime de excesso de exação.

QUESTÃO 50

Considerando os termos da Lei Federal n.º 1.079 de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, assinale a alternativa correta.

- (A) Auxiliar, por qualquer modo, nação inimiga a fazer a guerra ou a cometer hostilidade contra a República não configura crime de responsabilidade contra a existência política da União, pois não afeta a existência da União.
- (B) Celebrar tratados, convenções ou ajustes que comprometam a dignidade da Nação configura crime de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados.
- (C) Omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo configura crime de responsabilidade contra a probidade na administração.
- (D) Não configura crime de responsabilidade contra a probidade na administração infringir as normas legais no provimento dos cargos públicos;
- (E) Configura crime de responsabilidade contra a probidade na administração não prestar ao Congresso Nacional dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa as contas relativas ao exercício anterior.

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)

- ENUNCIADO DO PARECER:

O Prefeito eleito do Município de Alfa, ao assumir sua gestão, determinou a análise da possibilidade de revisão, por parte da Secretaria Municipal de Transporte, do limite de velocidade de determinada via urbana relevante, que havia sido reduzido pela gestão anterior, a fim de que fosse aumentado em 20km.

A Secretaria Municipal de Transporte iniciou, por sua vez, a realização de estudos técnicos e concluiu pela viabilidade do aumento planejado pelo Prefeito Municipal, afirmando que tal medida refletiria na melhora do fluxo de veículos e na redução dos congestionamentos, juntamente com a adoção de cautelas para melhora da sinalização da via, aumento da fiscalização, meios tecnológicos de autuação e criação de programa de conscientização e educação no trânsito.

Tendo conhecimento de tal medida, a associação civil sem fins lucrativos Beta, instituída em 1º de novembro de 2023 com intensa repercussão publicitária visando à atração de associados e doadores, propôs ação civil pública, em 8 (oito) de janeiro de 2024, com pedido de concessão de tutela de urgência, objetivando a tutela judicial hábil a impedir a revisão dos limites de velocidade das vias urbanas, alegando, em síntese, o risco de aumento do número de acidentes e atropelamentos decorrentes de tal medida.

O Excelentíssimo Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa decidiu pelo deferimento da tutela de urgência pretendida, nos termos do artigo 300, §2º, do CPC c.c artigo 12, *caput*, da Lei nº. 7.347/85, e determinou que o Município Réu se abstinhasse da prática de qualquer ato que pudesse resultar no aumento de limites de velocidade das vias urbanas, sob os fundamentos, em síntese, de que haveria dados objetivos indicando queda no número de acidentes no período anterior, quando houve a redução dos limites da via pela gestão anterior, afirmando que programas políticos que provocam resultados estatísticos favoráveis tornam-se precedentes administrativos imutáveis, de modo que a revisão de tal medida seria vedada, sob pena de caracterização de um retrocesso social.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município Alfa, tendo este sido citado da pretensão autoral e da decisão provisória supracitada, adote a medida prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a reforma urgente da decisão do Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

